A Respeito das Taxas de Lucro e Juros em Marx*

Concerning the Rates of Profit and Interest in Marx

Mauricio de Souza Sabadini^a

Paulo Nakatani^a

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os fatores determinantes da taxa média de juros em Marx. Parte-se da hipótese de que a determinação dessa taxa se dá por uma combinação de elementos diversos, relacionados à autonomização das formas funcionais do capital. Como algumas dessas formas funcionais, como o capital a juros e o capital fictício, interferem profundamente na dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo, é justificável que tal debate reapareça contextualizado, principalmente levando em consideração o movimento de inversão das categorias, o elevado grau de mistificação dos movimentos financeiros do capital e as crises capitalistas recentes.

Palavras-chave: Taxa de lucro. Taxa de juro. Capital fictício.

Abstract: The article aims is to present the contributing factors to the average interest rate in Marx. We start from the hypothesis that determination of this rate is given by a combination of elements, related to autonomization of the functional forms of capital. In our view, some of these functional forms (such as interest-bearing capital and fictitious capital) are predominant and deeply interfere in the dynamic of accumulation of contemporary capitalism. Hence it is because the debate reappears contextualized, taking into account the inversion movement of the categories, the higher degree of mystification from financial movements of capital and the recent capitalist crises.

Keywords: Profit rate. Interest rate. Fictitious capital.

JEL Classification: E4; E40; E43.

1 Apresentação do Tema

Como se sabe, foi somente no Livro III de *O Capital* que Marx analisou o conjunto das três fases do ciclo global, associando os fundamentos da produção

* Agradecemos aos pareceristas anônimos pelas sugestões e ao Grupo de Estudos sobre Dinheiro Mundial e Financeirização da UFES pelos debates. Como de praxe, toda a responsabilidade pelo conteúdo aqui apresentado é dos autores.

a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS). Vitória, Espírito Santo, Brasil.

capitalista, desvendados no Livro I, com a fase da circulação, sua preocupação no Livro II dessa obra. No Livro III, bem menos conhecido que os outros, Marx apresentou questões um pouco mais concretas sobre o funcionamento do capitalismo, mostrando como as categorias se manifestam na superfície dos fenômenos.

Na formulação inicial de suas categorias, Marx procurou mostrar, por exemplo, a produção de mais-valia na sociedade capitalista e, no Livro III, indicou como ela aparece sob a forma de lucro, da mesma forma que o valor aparece como preço de custo no mercado capitalista. Percebe-se que a ordem de investigação, que reflete o método do autor, se direcionou aos elementos mais visíveis, da maneira como eles são percebidos pelos indivíduos, na qual a concorrência também entra como um elemento dissimulador e de fundamental importância no jogo das relações inter e intracapitalistas.

Do ponto de vista metodológico, as categorias que Marx procurou desvendar são, de uma forma ou de outra, formas transfiguradas do valor. No Livro III, a investigação, então, se dá em torno dos fenômenos concretos: da mais-valia para a forma lucro, da taxa de mais-valia para a taxa de lucro, a lei geral da acumulação se concretizando na concorrência dos mercados, o dinheiro de crédito substituindo o dinheiro como meio de circulação, o capital assumindo formas diversas como as de capital-dinheiro, comércio de mercadorias, comércio de dinheiro, capital bancário, capital a juros e capital fictício, tudo isso aumentando, ao contrário do que possa parecer, o grau do fetichismo e de mistificação das relações econômicas e sociais, tornando-as mais dissimuladas.

Assim, Marx passa a estudar as formas reais que surgem do movimento do capital, só que agora em seu conjunto, sob o ciclo global (D - M - D'). Neste artigo, discute-se duas categorias que refletem desdobramentos categoriais do autor, o lucro e o juro, bem como suas respectivas taxas de lucro e de juros. Mais precisamente, trata-se de identificar como o juro aparece para a sociedade, saindo de sua dimensão qualitativa para sua análise quantitativa. Ao mesmo tempo, o lucro aparece na forma de taxa de lucro, com a fórmula $l = \frac{m}{c+v}$, na qual l é a taxa de lucro, m é a mais-valia, c é o capital constante e v é o capital variável. Por essa fórmula, a mistificação do capital se intensifica e o valor aparece como custo de produção ou conjunto dos elementos necessários ($c + v$) à reprodução do capital e a mais-valia como um acréscimo ao custo. Se ocultar a exploração da força de trabalho, a mais-valia “desaparece” e assume a forma transmutada de lucro, o capitalista individual se sente responsável pela criação de excedente – que é real, na aparência –, e, ao mesmo tempo, a taxa de mais-valia se expressa na taxa de lucro do capitalista. É o que Marx (1983) afirma:

Da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não o contrário. E, de fato, a taxa de lucro é de onde historicamente se partiu. Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesqui-

sado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia com lucro se mostram na superfície dos fenômenos (MARX, 1983, p. 34).

Somente mais tarde, mais precisamente no capítulo XXI do Livro III, sobre o capital a juros, é que Marx (1983) vai introduzir a categoria juros, depois de discutir a transformação do lucro em lucro médio e de demonstrar a lei da tendência à queda da taxa de lucro. Aparecerá, então, outro capitalista, o capitalista monetário, que executará funções importantes na circulação do capital global. Se antes Marx supunha que todas as metamorfoses do ciclo global do capital constituíam o movimento do capital em geral como uma abstração, em sua existência concreta, sob forma de capitais particulares, essas funções passam a ser executadas por diferentes frações de classe dos capitalistas, sob as formas autonomizadas de capital-dinheiro e capital-mercadoria.

Já está amplamente disseminado que, segundo Marx (1983), os juros constituem uma fração da mais-valia gerada na atividade produtiva e que é paga ao capitalista que empresta seu dinheiro, como capital, para ser valorizado. A equação $D - M - D'$ se converte em $D - D - M - D' - D'$ (capital a juros), na qual o prestamista empresta seu dinheiro para que funcione como capital nas mãos do capitalista em função, ao comprar meios de produção e força de trabalho. Caberá ao prestamista os juros, e o capitalista produtivo fica com o lucro ou ganho empresarial.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é discutir os fatores que determinam a formação da taxa média de juros em Marx. Para isso, busca-se entender a representação do lucro e dos juros, que se expressam na taxa de lucro e de juros, bem como suas determinações. Apesar de terem a mesma origem, defende-se que suas representações concretas podem se manifestar de formas diferentes, especialmente a taxa de juros, que é objeto de um número muito menor de estudos.

Parte-se da hipótese, ao contrário da leitura corrente sobre o tema, de que a determinação dessa taxa se dá por uma combinação de elementos, não tendo, portanto, um caráter unidirecional, normalmente indicado pela oferta e demanda de capital-dinheiro. Para apontar tais possibilidades e ao mesmo tempo mostrar as contradições existentes na relação entre a taxa de lucro e a taxa de juros, retorna-se à leitura dos principais capítulos do Livro III d'*O Capital* e de alguns autores que se debruçaram sobre o tema. Isso será importante para indicar que os fatores determinantes da taxa de juros são complexos e diversos e também estão relacionados à autonomização das formas funcionais do capital. Como algumas dessas formas, como o capital a juros e o capital fictício, são predominantes e estão no centro da dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo, é necessário que tal debate reapareça contextualizado, levando em consideração a tendência de inversão das categorias e seu elevado grau de mistificação dado pelos movimentos fictícios do capital ($D - D'$).

O capital, na busca incessante pela valorização, provoca mutações e inversões estruturais, mesmo que não em sua plenitude, expressando a sua dinâmica contraditória, que não invalida, como muitos afirmam, a teoria do valor-trabalho de Marx, pelo contrário, a reafirma. A inversão na determinação entre a taxa de lucro e a de juros é apenas um desses momentos, nos quais as formas fictícias autônomizadas, que não sustentam a reprodução ampliada do capital, se manifestam e aparecem a partir de crises capitalistas, que se revelam nas formas financeiras do capital, marcando a fase atual do capitalismo contemporâneo.

Tendo esses elementos como pressupostos e para facilitar a exposição do objeto tratado, este artigo apresenta mais três seções, além desta apresentação: a segunda apresenta o ponto de vista de alguns autores marxistas, ou com viés marxista, acerca da determinação da taxa de juros em Marx; a terceira mostra os diferentes percursos traçados por Marx em *O Capital*, a partir da interpretação dos autores deste artigo sobre o tema; e, por fim, a quarta aponta as implicações desse debate para a compreensão atual do capitalismo, fortemente influenciado pelo capital fictício, de caráter especulativo.

2 Algumas Visões sobre a Taxa de Juros em Marx

Nosso propósito neste item é brevemente apontar como alguns autores trataram o tema da taxa de juros em Marx. Naturalmente, não há a intenção de esgotar as diferenças entre eles e muito menos listá-las em sua totalidade. Assim, discute-se o assunto a partir dos mais recentes livros de Harvey (2013, 2014) publicados no Brasil, confrontando-os com outros autores como Hilferding (1985), Mandel (1962), Rosenberg (1979), Panico (1980), Chiodi e Messori (1984), Fine (1985, 1986), Itoh e Lapavistas (1999) e Shaikh (2016).

Harvey toma como ponto de partida a proposição de que a determinação da taxa de juros é efetuada na relação entre a oferta e a demanda de capital-dinheiro. Após tratar do surgimento do juro e qualificar os tipos de capitalistas que surgem no processo de produção e de circulação do ciclo global, Harvey (2013, p. 344) vai diretamente ao ponto ao fazer a seguinte pergunta: “Então, como a taxa de juros é determinada?”. Na mesma frase ele responde que:

Na ausência de qualquer outra explicação, Marx se volta para a demanda e oferta. Em todos os outros casos ele rejeita explicações desse tipo, baseado no fato de que, quando a oferta e a demanda estão equilibradas no mercado, elas não servem para explicar nada. A taxa de juros é uma aparente exceção a essa regra. Ela é determinada pelas forças do mercado da oferta e da demanda por dinheiro como capital em condições de competição (HARVEY, 2013, p. 344-345).

Ou seja, assim como veremos em Hilferding (1985), Mandel (1962) e Rosenberg (1979), é a lei da oferta e demanda aplicada ao capital-dinheiro que determina a divisão da mais-valia em juros e lucros. Harvey (2013) completa a proposição citando Marx:

Além disso “não há lei de divisão, exceto naquela imposta pela concorrência”, e então a taxa de juros “se torna algo arbitrário e ilegal” – “sua determinação é acidental, puramente empírica, e só o pedantismo ou a fantasia procurariam representar esse acidente como uma necessidade” (HARVEY, 2013, p. 345).

Harvey (2013) vai ainda apontar duas formas de interpretar essa passagem que inclui palavras de Marx. Primeiramente, afirma que:

Ou Marx está dizendo que a determinação da taxa de juros é totalmente arbitrária e ilegal, e não suscetível à investigação científica adicional, exceto como uma regularidade empírica; ou podemos interpretá-lo como dizendo que a taxa de juros não é diretamente regulada pela lei do valor (HARVEY, 2013, p. 345).

Entre as duas opções, a resposta de Harvey é a seguinte: “Eu me inclino para a segunda interpretação”. As justificativas apresentadas pelo autor para esta escolha pautam-se no fato de que:

[...] seria muito pouco característico de Marx, e totalmente inconsistente com sua luta contra as forças que determinam a taxa de juros, assumir a primeira posição. Em segundo lugar, encontramos Marx em várias ocasiões fazendo afirmações que sugerem que “leis separadas” determinam o juro e o lucro da empresa. [...] embora o limite inferior [...] possa em princípio ser “qualquer limite baixo” [...] haverá “sempre influências contrárias a elevá-las de novo” [...]. [Assim], Quando Marx invoca as influências contrárias em geral encontramos alguma noção de equilíbrio não muito atrás. Esse equilíbrio é determinado “pela oferta e demanda de capital monetário como *distintas* das outras formas de capital” (HARVEY, 2013, p. 345).

Por isso,

Podemos concluir que não há “taxa natural de juros” regulada, como frequentemente supunham os economistas burgueses da época, pelo valor do dinheiro como uma mercadoria. O valor e o preço do dinheiro são expressões inteiramente “irracionais”. A taxa de juros é regulada mediante um processo de mercado em que a oferta e a demanda têm um papel fundamental a desempenhar (HARVEY, 2013, p. 345).

Entretanto, Harvey não aprofunda esses aspectos da discussão. Paralelamente, Shaikh (2016, p. 479, tradução nossa) indica que “Marx tem razão ao dizer que, à exceção da exigência que a taxa de juros seja inferior a taxa de lucro, nenhuma

lei geral pode ser deduzida da parte dos juros nos lucros [...]”. Marx (1983), no capítulo X, diz que “Qualquer que seja o modo como os preços das várias mercadorias são, de início, fixados ou regulados reciprocamente, a lei do valor domina seu movimento” (MARX, 1983, p. 138). Além disso, faz um tratamento bastante aprofundado da oferta e da demanda na regulação dos preços. Trata-se de mercadoria no sentido dado desde o início do Livro I d’*O Capital*. É por essa razão que, para a mercadoria capital-dinheiro, valor e preço são “irracionais”, pois se trata do capital dinheiro como uma mercadoria diferente, distinta das demais, cujo valor de uso é o de “funcionar como capital” (MARX, 1983, p. 255).

Ademais, parece que Harvey não considera as explicações de Marx que, ao contrário das mercadorias em geral, a mercadoria capital-dinheiro não é vendida, mas emprestada – Harvey só vai considerar isso posteriormente: na troca de mãos do capitalista monetário para o capitalista produtivo, não ocorre a “metamorfose” do valor e da riqueza, então a quantidade de valor passa de uma para outra mão sob a mesma forma e a propriedade desse valor permanece nas mãos do empréstador.¹ Por isso, Marx (1983) considera que “Juro como preço de capital é de antemão uma expressão totalmente irracional” (MARX, 1983, p. 266). No entanto, é porque Marx está discutindo as formulações da teoria burguesa ou vulgar, como ele a chamava. Para Marx, a rigor, “O valor do dinheiro ou das mercadorias como capital não é determinado pelo valor que possuem como dinheiro ou como mercadorias, mas pelo quantum de mais-valia que produzem para seu possuidor” (MARX, 1983, p. 266).

Por outro lado, a oferta de dinheiro que rende juros também é complexa. Harvey (2013) faz uma longa discussão sobre os fatores que determinam ou regulam tanto a oferta quanto a demanda detalhando a constituição, os mecanismos e os instrumentos do sistema de crédito. Para ele, a acumulação de capital, a superacumulação que produz dinheiro ocioso, a capacidade de mobilização do sistema bancário na captação, a existência das dívidas e o capital fictício que circulam como empréstimos, o poder das frações de classe para ampliar o processo de acumulação e a variação na oferta de dinheiro são partes importantes na determinação dessa oferta. E essa “heterogeneidade confusa das forças que afetam a oferta e a demanda por dinheiro que rende juros garante uma considerável instabilidade na taxa de juros” (HARVEY, 2013, p. 390).

Outro ponto importante é que Harvey (2013) afirma que “[...] as flutuações de curto prazo não precisam nos preocupar – como o preço de qualquer mercadoria, a taxa de juros oscila diariamente à medida que a oferta e a demanda se equilibram no mercado. O que importa é a taxa de juros básica no longo prazo” (HARVEY, 2013, p. 391). Para atender aos interesses tanto dos capitalistas da produção quanto daqueles que ganham com empréstimos a juros, “[...] a única opção é conceber uma taxa de

1 Harvey (2013) discute também esse ponto no item sobre o capítulo XXIII, mas não o coloca em relação à determinação do preço do capital-dinheiro.

juros equilibrada em relação à acumulação [...]” (HARVEY, 2013, p. 392). Como os fatores que afetam a demanda e a oferta de empréstimos são diversos e instáveis, conclui o autor que “[...] a taxa de juros equilibrada será atingida por um acaso. O potencial para o desequilíbrio está sempre presente [...]” (HARVEY, 2013, p. 392).

Entretanto, Harvey (2013) afirmou anteriormente a sua opção de que a taxa de juros não é diretamente regulada pela teoria do valor-trabalho. Não se encontrou posteriormente, ao menos no item em que se discutia a questão, nenhuma análise ou, ao menos, indicação das consequências que esse tipo de opção traz para os fundamentos da teoria marxista. O autor nos apresentou alguns argumentos, se não convincentes, mas mais trabalhados em outra obra publicada mais recentemente. O ponto de partida que Harvey (2014) levanta é que há uma mudança conceitual ao longo dos livros de *O Capital*. Seu argumento central baseia-se, parece que equivocadamente, no fato de que, no Livro III, o dinheiro como capital-dinheiro assume forma-mercadoria tendo um valor de uso de produzir mais-valia e um valor de troca (preço) que é o juro. Essa concepção para o autor altera o sentido dado no Livro II, em que o capital, enquanto dinheiro, só poderia atuar como dinheiro para compra e venda.² Essa mudança, para ele, tem a ver com a retomada por Marx do fetichismo que tem lugar central no Livro I, já que o capital a juros reaparecerá, com sua remuneração sob a forma juros, mistificando ainda mais o processo de exploração da força de trabalho. No ciclo global do capital, o capital a juros parece, assim, que tem o poder mágico de se multiplicar, “distorcendo”, usando a palavra de Marx, as leis de movimento do capital.

Considerando-se, como Marx, que não existe uma taxa natural de juro determinada pela livre concorrência, o autor retoma a questão dos determinantes da taxa de juros. Novamente responde que:

[...] ela é estabelecida em primeiro lugar, afirma Marx, pela oferta e demanda de capital monetário. Ao longo de *O capital*, no entanto, Marx sustentou que a oferta e demanda, sendo “particularidades”, não explicam nada quando estão em equilíbrio. [...] A taxa de juros, diz ele, também é estabelecida pela concorrência. Mas as leis coercitivas da concorrência também são vistas como particularidades, como executoras das leis internas do movimento do capital que não são ditadas pela concorrência. Até agora, tanto a oferta e a demanda quanto a concorrência foram desconsideradas como “particularidades” (segundo a formulação dada nos *Grundrisse*). Nesse ponto, no entanto, elas ocupam o centro do palco e explicam tudo. Trata-se de uma enorme mudança conceitual (HARVEY, 2014, p. 169).

2 Nesse ponto há uma leitura diferente de Harvey, pois, no Livro II, capítulo XXI, Marx (1983) reafirma que “[...] como capital monetário ele funciona apenas como dinheiro, isto é, como meio de compra de mercadorias (os elementos de produção). Que esse dinheiro seja aqui ao mesmo tempo capital monetário, uma forma do capital, não decorre do ato de compra, da função real que aqui exerce como dinheiro, mas da conexão desse ato com o movimento global do capital, pois esse ato que realiza como dinheiro inaugura o processo de produção capitalista” (MARX, 1983, p. 258).

É importante frisar: “ocupam o centro do palco e explicam tudo. Trata-se de uma enorme mudança conceitual”. O autor prossegue dizendo que “Temos aqui, [...], um ponto de profunda tensão na análise de Marx. Sua relutância (às vezes recusa obsessiva) em lidar com as particularidades no Livro II contrasta com a necessidade de lidar com elas aqui para entender a circulação do capital portador de juros” (HARVEY, 2014, p. 169).

No debate sobre as relações entre as taxas de juros e lucro, Panico (1980), ao sugerir apontamentos sraffianos como saída para elucidar tais determinações apontadas anteriormente, conclusões essas criticadas por Chiodi e Messori (1984) e Fine (1985), afirma que “[...] parece haver uma contradição entre a conclusão de Marx segundo a qual a determinação da taxa média de juros não pode estar fundada em nenhuma lei natural ou material [...]”, e continua o autor: “Marx não podia evidentemente perceber a existência de tal contradição, uma vez que ele não elaborou completamente sua análise do sistema de crédito e da função desempenhada pelos capitalistas financeiros no processo de equalização da taxa de lucro” (PANICO, 1980, p. 377).

Ao mesmo tempo, Harvey (2014) observa que “Marx trata o juro como ‘autônomo e independente,’ porém subsumido ao mundo da produção de valor e mais-valor” (HARVEY, 2014, p. 170), dando especial atenção ao termo subsumido. Aí vem a explicação central do autor: “[...] dito de outro modo, a taxa de juro e a circulação do capital portador de juros podem trilhar caminhos autônomos e independentes porque são particularidades determinadas pelas oscilações da oferta e demanda e da concorrência [...]” (HARVEY, 2014, p. 170). E, mais, justifica a “autonomia relativa” do capital a juros e a taxa de juros pela lei concorrencial da oferta e demanda. Daí, segundo ele, a inversão dos termos e a mudança conceitual de Marx, sobretudo do Livro II para o Livro III.³

Harvey (2014) sugere a necessidade de se analisar como o capital a juros adquire autonomia diante da mais-valia. “A taxa de juros é fixada pela concorrência entre essas duas frações de classe. Isso coloca a relação de poder entre capitalistas monetários e capitalistas industriais numa posição central do ponto de vista histórico, se não teórico [...]” (HARVEY, 2014, p. 170).⁴ Finaliza com o seguinte questionamento: “Assim, o que acontece quando a concorrência deixa de ser

3 Devemos destacar que o Livro III é um manuscrito escrito entre 1864-1865, antes do Livro I, redigido entre 1866-1875, e do Livro II, escrito entre 1867-1881 (HEINRICH, 2014, p. 20). Harvey (2014) também sabe disso, mas não explica porque defende uma mudança conceitual na sequência do Livro II para o Livro III (HARVEY, 2014, p. 168).

4 Interessante, e não menos contraditório, é o fato de que o mesmo autor, no seu livro anterior, afirmava: “Sinais dessa luta são recorrentes na sociedade capitalista. Marx não nega de modo algum sua importância: a questão é estabelecer exatamente o que isso significa. Será que a taxa de juros básica é fundamentalmente um reflexo da relação de poder entre industriais e financistas? Supor isso seria relegar todas as outras facetas da determinação da taxa de juros (em torno da circulação de receitas, por exemplo) a um papel periférico e meramente secundário [...]” (HARVEY, 2013, p. 391-392).

mera executora das leis internas de movimento do capital para se converter numa determinante ativa da ausência de lei da acumulação do capital?" (HARVEY, 2014, p. 182). Sem novamente responder à pergunta, diz que nos esboços de Marx, para publicar *O Capital*, ele indicava a necessidade de escrever um livro sobre a concorrência, livro que jamais foi escrito, apesar de ter deixado um rascunho de capítulo no Livro III intitulado "As ilusões criadas pela concorrência".

O relacionamento histórico entre os capitalistas produtivos e os capitalistas monetários também é interpretado pelo fato de que, a partir da década de 1980, o capital financeiro (sic) assumiu uma posição, segundo o autor, cada vez mais dominante no ciclo global, produzindo, dessa forma, "[...] um tipo diferente de capitalismo – capital financeiro –, com leis de movimento diversas daquelas que foram definidas quando o capital industrial (sic) era dominante [...]" (HARVEY, 2014, p. 171), caso da época em que vivia Marx. E finaliza: "Em geral, Marx não desenvolve esse argumento (embora em certas passagens pareça fazê-lo), eu tampouco [...]" (HARVEY, 2014, p. 171).

Em que pese a necessidade de se entender que essa discussão se apresenta de maneira inconclusa em uma publicação organizada por Engels, no caso o Livro III de *O Capital*, o fato é que a violação ou não da lei do valor nessa temática deve também estar relacionada às múltiplas determinações da taxa de juros, envolvendo aspectos relacionados à produção, via taxa de lucro, à concorrência e outros, como será visto na próxima seção.

Assim, Harvey (2014) termina suas observações anteriores sem dar respostas às questões sobre a determinação da taxa de juros, concorrência e preço do capital que ele foi abordando ao longo da sua exposição. Talvez isso fragilize seus argumentos de como se exclui a determinação da taxa de juros como preço do capital pela teoria do valor-trabalho e dificulta também a ideia da determinação da taxa de juros pela oferta e demanda de capital dinheiro:

O que está claro é que a atitude de evitar particularidades, que restringe a análise no Livro II, é abandonada. Se o resultado é "sem lei e arbitrário", o que ocorre então com as leis gerais do movimento que foram até agora o foco das preocupações de Marx? Temos uma situação paradoxal. A concorrência é encarada por toda parte como a responsável pela imposição das leis internas de movimento do capital; o mecanismo de imposição é entendido como determinante na circulação do capital portador de juros em seu papel de capital comum de classe – mas o executor é sem lei e arbitrário.

Isto constitui uma enorme ruptura com o arcabouço apresentado nos *Grundrisse*. Marx reconhece que não pode acomodar a circulação do capital portador de juros dentro da estrutura dos pressupostos que guiaram seus estudos até aqui. Embora possa haver modos de entender como e por que essa divergência ocorre no caso do capital portador de juros, não posso deixar de pensar que deve ter sido difícil e irritante para ele

encarar o possível resultado dessa ruptura. Por um lado, a vigorosa energia que se observa nesses capítulos sugere certa alegria em deixar para trás as amarras da estrutura, *embora a perda de controle (a indeterminação e a autonomização) ameace o edifício teórico que ele construiu*. Não é de admirar que, como Engels relata em sua introdução, a saúde de Marx tenha se deteriorado muito na época em que ele escrevia esses capítulos (HARVEY, 2014, p. 181-182, grifo nosso).

Hilferding (1985), considerado um dos principais continuadores da obra de Marx, dedicou um capítulo curto sobre a taxa de juros em sua obra *O capital financeiro*. Sua explicação segue basicamente os passos que Marx deixou nos capítulos do Livro III de *O Capital* que tratam do assunto. Primeiro, destaca o juro enquanto categoria aliada e dependente da mais-valia. Em seguida, aponta o limite máximo do juro dado pelo lucro, alertando que ele não é parte fixa do lucro total. Como o lucro possui fatores objetivos em sua determinação, como a relação capital *versus* trabalho, ele “[...] se origina diretamente da relação econômica, da relação do capital, isto é, da separação dos meios de produção do trabalho [...]; sua magnitude depende do novo valor que a classe operária produz [...]” (HILFERDING, 1985, p. 102).

Diferente do lucro, o juro é outra coisa:

Ele não decorre de um aspecto essencial do capitalismo, ou seja, da distinção feita entre os meios de produção e o trabalho, mas de um fato acidental segundo o qual não são somente os capitalistas produtivos que dispõem de dinheiro. [...] A parte do lucro da qual os capitalistas prestamistas podem se apropriar dependerá das variações observadas na relação de demanda desse capital monetário por parte da produção (HILFERDING, 1985, p. 102).⁵

É de se destacar que, por mais que o autor tenha citado as palavras “fato acidental” ou casual, ele salienta a oferta e demanda por empréstimos como elemento central no jogo das relações de determinação da taxa de juros. Continua: “[...] já que o juro depende da oferta e da procura, como será determinado então, por sua vez, a oferta e procura?” (HILFERDING, 1985, p. 102). Ele apresenta uma resposta pouco clara que foge da proposição de Marx e se aproxima de Keynes: “De um lado encontra-se o dinheiro momentaneamente ocioso [...]; de outro encontra-se a demanda de dinheiro por parte dos capitalistas [...]” (HILFERDING, 1985, p. 102).

Para ele, a queda na taxa de juros sofre alterações menores em relação à taxa de lucro, assim, já prenunciando a importância do capital financeiro, categoria central em sua obra, indica que cresce a participação dos juros no lucro total em relação ao ganho do empresário, o que significa dizer o conseqüente aumento dos capitalistas “ociosos” à custa dos ativos e a importância do capital a juros e dos bancos.

5 Deve-se alertar para o fato de que, na edição utilizada, em dois momentos do capítulo VI, “A taxa de juros”, há erros de tradução. Nas páginas 102 e 107, a palavra “juros” foi, indevidamente, trocada por “lucro”.

Porém, tão ou mais importante que isso, é que Hilferding (1985) volta a referir-se, em suas indicações, à determinação da taxa de juros pela via da oferta e demanda de capitais, desconsiderando outros fatores como a taxa de lucro. Como afirma o próprio autor:

[...] de tudo isso se deduz que a taxa de juros não é determinada pela taxa de lucro, mas pela maior ou menor demanda de capital monetário, que resulta das variações observadas no ritmo desenvolvimentista, pela velocidade, intensidade e dimensão dos períodos de prosperidade (HILFERDING, 1985, p. 106).

Posição semelhante é a de Mandel (1962). Ao tratar da análise do crédito, referindo-se ao crédito de circulação e de investimento, Mandel reforça a origem dos juros ao relacioná-lo à fração da mais-valia produzida pelos trabalhadores e que, com a generalização do sistema capitalista, os empresários ficam à procura de capitais suplementares. Como Hilferding (1985), Mandel (1962) insere a função centralizadora dos bancos na tomada dos empréstimos, permitindo que toda soma de dinheiro possa se transformar em capital-dinheiro. “Desta forma, pelo jogo da oferta e da procura do capital dinheiro, se constitui a *taxa média de juros*, a ‘relação normal’ de toda a soma de dinheiro que não está ‘desocupada’ [...]” (MANDEL, 1962, p. 81, tradução nossa).

Mandel deixa claro, ao contrário de Hilferding, que ele está tratando da taxa média de juros e não da taxa de mercado de juros, algo que não fica evidente em vários autores. Ao desenvolver seu raciocínio, Mandel destaca que os organismos de crédito retiram seu lucro, que aparece sob a forma de lucro bancário, da diferença entre a taxa de juros paga por essas instituições aos depositantes e a taxa de juros que elas recebem ao concederem empréstimos, acrescentando a isso as comissões, ágio sobre operações de câmbio, entre outros. Como as somas dos depósitos à vista são também remuneradas, aparece sobre o mercado monetário, ao lado do crédito de circulação, o crédito do “dinheiro dia a dia” (*call money*), que, segundo o autor, tem sua origem na Inglaterra, em torno de 1830. Essas somas emprestadas dia a dia aumentam e, para Mandel (1962, p. 83, tradução nossa):

Assim se estabelece toda uma escala de taxas de juros, se elevando progressivamente, a partir da taxa de juros paga para os depósitos à vista e demandada para o dinheiro dia a dia [capital de giro], até aquela paga pelos depósitos a longo prazo e demandada para os empréstimos para investimentos. A cada escala se estabelece uma diferença entre as taxas pagas pelos bancos e instituições de crédito e as taxas que elas exigem de seus clientes.

Destacando as diferenças dos tipos de crédito e suas funções, completa:

A diferença entre essas diversas taxas nasce em primeiro lugar da medida na qual os créditos contribuem diretamente para o crescimento da massa de mais-valia produzida pela sociedade. Evidentemente, é a taxa de juros

de longo prazo que governa os créditos para investimento, ou seja, em face de qualquer compra a crédito de meios de produção, que é mais alta, que mais se aproxima da taxa média de lucro, e que governa *a longo prazo* todas as oscilações das diferentes taxas de juros (MANDEL, 1962, p. 83-84, tradução nossa).

As taxas de juros de curto prazo são associadas, por Mandel, ao crédito de circulação ou capital de giro, sendo estas inferiores à taxa de juros de longo prazo na medida em que o crédito de circulação torna possível, mas não assegura, pela redução do período de rotação do capital, o crescimento da massa de mais-valia. Em certas ocasiões, essa taxa de juros de curto prazo pode ultrapassar a de longo prazo, como nos momentos de penúria de dinheiro no mercado monetário. Assim, o autor traz a discussão da determinação da taxa de juros para as relações entre oferta e demanda de capital-dinheiro e, ao mesmo tempo, a associa aos aspectos do mercado de crédito.

Fine (1985, p. 408), após indicar relacionamentos entre o capital bancário e a taxa de juros, sugere que, nas relações entre capital bancário e produtivo, os bancos passam a ter uma função determinante em relação à produção, coagindo a indústria devido ao monopólio na oferta de financiamentos, invertendo, assim, as determinações iniciais quando se observam as funções do capital de comércio de dinheiro e do capital a juros no contexto dos empréstimos realizados pelo último.

Por outro lado, a interpretação de Rosenberg (1979) é diferente das explicações dos autores citados, ao menos no que se refere ao papel da oferta e demanda de capital-dinheiro. Para o autor, Marx não dá respostas definitivas para o problema da determinação da taxa de juros. Se qualitativamente os juros refletem uma apropriação da mais-valia, quantitativamente dependem das flutuações do mercado de dinheiro. Para o autor, entre a característica quantitativa e qualitativa, a segunda está determinada pela primeira. “Até aqui resulta o seguinte: a) as flutuações dos juros têm um limite: a soma do lucro global; b) a taxa de juros, em última instância – não em suas flutuações de curto prazo, mas em suas tendências gerais –, deve seguir a taxa de lucro [...]” (ROSENBERG, 1979, p. 546, tradução nossa).

Indica-se, portanto, que a taxa de lucro é um fator determinante da taxa de juros, não aceitando a determinação pela oferta e demanda de capital-dinheiro. Para ele:

Marx se expressa categoricamente contra essa tese. Entre preço da mercadoria corrente e preço da mercadoria especial, quer dizer, os juros, existe uma diferença de princípio. Aquilo que se denomina preço médio da mercadoria é a expressão monetária do valor, e quantitativamente se determina pelo trabalho socialmente necessário. [...] Porém aquilo que se denomina taxa média de juros é a casualidade mesma e somente pode ser determinada de maneira puramente empírica (ROSENBERG, 1979, p. 550, tradução nossa).

Por essa resposta, Rosenberg caminha com a possibilidade de determinação da taxa de juros de forma casual e arbitrária, conclusão que o aproxima de Harvey. Adicionalmente, acrescenta que o preço e o lucro das mercadorias consideradas “normais” se situam em uma sólida base científica, diferente da análise da taxa de juros. O intuito de ver a taxa média de juros no centro das flutuações para as taxas de juros de mercado levou, segundo ele, a afirmações absurdas de que a taxa média de juros é algo necessário, manifestando, assim, uma total incompreensão da essência dos juros. “Porém, a taxa média de juros não determina as taxas de mercado de juros; pelo contrário, destas se deduzem a primeira.” (ROSENBERG, 1979, p. 551, tradução nossa).

3 A Questão da Determinação da Taxa de Juros em Marx

O argumento central a ser aqui defendido é o de que existem várias determinações da taxa média de juros, o que implica dizer da impossibilidade de se estabelecer causas unidirecionais, justificadas por uma ou outra variável, como relatado ao longo do texto.

Marx tinha como objetivo, no capítulo XXII, “[...] desenvolver apenas a figura autônoma do capital portador de juros e a autonomização do juro perante o lucro [...]” (MARX, 1983, p. 269). A primeira determinação da taxa média de juros vai ao encontro das teses que afirmam que a taxa de juros é determinada pela taxa de lucro. Como o juro, enquanto categoria, é parte da mais-valia, seu limite máximo é dado pelo próprio lucro existente, sendo o limite mínimo indeterminável. Assim, a taxa de juros depende, em primeiro lugar, da taxa de lucro; em segundo, da proporção do lucro global que será disputada entre os capitalistas prestamistas, que cederam o seu dinheiro para transformá-lo em capital, e os mutuários, que são os tomadores de empréstimos, o que remete à concorrência entre capitalistas.

Ao supor uma proporção fixa entre o que se receberá, enquanto lucro, e o que se pagará, enquanto juros, Marx (1983) afirma “[...] que o juro subirá ou cairá como o lucro global, e este é determinado pela taxa geral de lucro e suas flutuações [...]” (MARX, 1983, p. 269), implicando, por suposto, que o capitalista em função estará disposto a pagar um percentual maior ou menor de juros sempre em função de sua taxa de lucro. A relação de determinação da taxa de juros fica, então, estabelecida, ou seja, “[...] nesse sentido, pode-se dizer que o juro é regulado pelo lucro, ou, mais precisamente, pela taxa geral de lucro [...]” (MARX, 1983, p. 270).

Acontece que Marx (1983) prossegue sua análise sobre a repartição do lucro e a taxa de juros indicando que as circunstâncias que determinam a grandeza do lucro são, porém, diversas daquelas entre os capitalistas prestamistas e mutuários. Em relação aos períodos de rotação da indústria moderna – citando o estado de repouso, animação, prosperidade, superprodução, colapso, estagnação, novamente o repouso do ciclo – e suas relações com os juros, afirma: “[...] mas existe

também a tendência à queda da taxa de juros, totalmente independente das flutuações da taxa de lucro [...]” (MARX, 1983, p. 271).

Para sustentar essa afirmação, Marx aponta duas causas centrais, sendo a primeira baseada em uma citação de Ramsay de que o acúmulo de riqueza passada na forma dinheiro possibilita a sobrevivência futura a partir dos juros, dando como exemplo, ao final, os *rentiers* da Inglaterra; em segundo lugar, destaca o desenvolvimento do sistema de crédito e a disponibilidade das poupanças dos industriais e comerciantes no sistema bancário, que aumentariam a oferta de capital-dinheiro e, conseqüentemente, forçaria a queda da taxa de juros.

Nesse momento, composta por fatores mais estruturantes relacionados à acumulação capitalista, aparece a disponibilidade de crédito e a concorrência. Assim, em seguida, Marx retoma o que havia apenas apresentado no capítulo XXI do Livro III, sobre o capital a juros, ao negar a existência de uma taxa “natural” de juros determinada pela concorrência, fazendo, assim, a crítica aos chamados economistas burgueses. Ao falar da taxa média de juros, indica que, para calculá-la, é necessário: “[...] 1) a média das taxas de juros durante as variações nos grandes ciclos industriais e 2) a taxa de juros naqueles investimentos em que o capital é emprestado a prazo mais longo [...]” (MARX, 1983, p. 272). Por isso:

[...] a taxa média de juros predominante num país – em contraste com as taxas de mercado sempre flutuantes – não é de modo algum determinável por qualquer lei. Não existe nenhuma taxa natural de juros no sentido em que os economistas falam de uma taxa natural de lucro ou de uma taxa natural de salário (MARX, 1983, p. 272).

Considerando a concorrência, mas ao mesmo tempo mostrando suas insuficiências, continua afirmando que:

[...] a concorrência entre procura e oferta – supondo-se como dada a taxa média de lucro – não significa aqui absolutamente nada, [...] é um método para chegar, partindo das variações que acompanham a concorrência, aos limites dessas variações. Esse não é o caso da taxa média de juros (MARX, 1983, p. 272).

Ao prosseguir sua análise sobre o nível médio da taxa de juros, Marx (1983) afirma que “[...] costume, tradição legal etc. contribuem tanto quanto a própria concorrência para a determinação da taxa média de juros [...]”, afinal, “[...] uma taxa média de juros tem de ser adotada como norma legal em muitos litígios, onde há juros a calcular [...]” (MARX, 1983, p. 273). Ao que parece, outro elemento na determinação da taxa média de juros surge num contexto no qual o Estado, a partir de seus instrumentos jurídicos, também participa dos aspectos determinantes, passando a impressão de que os limites para a determinação da taxa de juros são diversos.

Isso se dá devido à própria natureza dos juros. Sabe-se que suas relações são provenientes de um capital único, gerado na produção e realizado na circulação. Apesar de aparecer duplicado, elevando o caráter fetichista de sua origem, como frisado por Harvey, ele gera o lucro somente uma única vez, já que “[...] a maneira como as duas pessoas que têm direito ao lucro o dividem entre si é em si e para si um fato puramente empírico, pertencente ao reino do acaso [...]” (MARX, 1983, p. 273).

Continua Marx afirmando que, se para a determinação da taxa média de lucro, a repartição entre mais-valia, gerada pela mercadoria especial força de trabalho, e o salário, como remuneração desta, atuam de maneira determinante, fixando seus limites “[...] e de sua *diferença qualitativa* surge a *repartição quantitativa* do valor produzido [...]” No caso do juro, não acontece nada desse gênero. Aí, a *distinção qualitativa* surge, como logo veremos, ao contrário, da *repartição puramente quantitativa* da mesma soma de mais-valia [...]” (MARX, 1983, p. 273, grifo nosso), invertem-se, então, as relações, acentuando o caráter *sui generis* dessa categoria.

Chegando ao seu ponto central, Marx (1983) afirma:

Do que foi desenvolvido até agora resulta que não existe taxa “natural” de juros. Mas, se de um lado, em contraste com a taxa geral de lucro, a taxa média de juros, ou a média das taxas de juros – diferentemente das taxas de mercado sempre flutuantes do juro –, não é determinável, em seus limites, por alguma lei geral, porque se trata apenas da repartição do lucro entre dois possuidores do capital sob títulos diferentes; aparece inversamente a taxa de juros, seja a média, seja a taxa de mercado de cada momento, em tudo diferente de uma grandeza uniforme, determinada e tangível, como é o caso com a taxa geral de lucro (MARX, 1983, p. 273).

Há uma discussão de Marx com economistas sobre a determinação da taxa média de juros como preço do capital. Como visto, o capital-dinheiro como capital a juros não é vendido, é emprestado, por isso não tem preço: “Se se quiser chamar o juro de preço do capital monetário, então essa é uma forma irracional de preço, completamente em contradição com o conceito do preço da mercadoria [...]” (MARX, 1983, p. 265-266). Da mesma forma, a oferta e demanda de capital-dinheiro não é equivalente à oferta e demanda de mercadorias em que, nesta, rege a “lei” do valor e naquela não há “lei” única regulando a divisão da mais-valia em juros e lucro. Entretanto, o próprio Marx volta à proposição da taxa de juros como preço do capital:

Viu-se que o capital portador de juros, embora categoria absolutamente diferente da mercadoria, se torna uma mercadoria *sui generis* e, por isso, o juro torna-se seu preço, o qual, como o preço de mercado da mercadoria comum, é fixado em cada momento pela procura e oferta. A taxa de mercado de juros, embora sempre flutuante, aparece em cada momento dado tão constantemente fixada e uniforme como, em cada momento, o preço de mercado da mercadoria (MARX, 1983, p. 275).

Parece que são essas ambiguidades encontradas no próprio texto de Marx que levam também Harvey a não chegar a uma formulação mais precisa sobre a determinação da taxa de juros. Considerando-se essas afirmações pontuais ao longo dos capítulos e tomando-as de maneira isolada, é possível chegar a conclusões incompletas ou inadequadas, da mesma maneira que se tornou comum associar a teoria do valor-trabalho de Marx ao simplismo da magnitude de trabalho contida em cada mercadoria, como valor de troca, forma de manifestação quantitativa do valor.

Ao contrário das leituras correntes, esta pesquisa defende que a determinação da taxa média de juros se dá por uma combinação de fatores. Marx não se restringe ao tratamento da determinação da taxa de juros a partir da taxa de lucro, ele avança considerando elementos históricos, sociais e, até jurídicos, legais. Assim, “[...] a parte que pertence ao capitalista funcionante é determinada pelo juro, pois este é fixado pela taxa geral de juros [...] e pressuposto antecipadamente, antes de começar o processo de produção, e portanto antes de o resultado deste, o lucro bruto, ter sido alcançado [...]” (MARX, 1983, p. 279).

Desse modo, inverte-se a relação de determinação, a taxa de juros que era determinada pela taxa de lucro é que determina o lucro industrial: “Se o lucro bruto é igual ao lucro médio, então a grandeza desse ganho empresarial é determinada exclusivamente pela taxa de juros [...]” (MARX, 1983, p. 279). Além disso, o processo de alienação decorrente das próprias relações sociais transforma a ideia de que todo o capital, inclusive o capital próprio, produz juros. Por essa razão, o ganho empresarial vai aparecer, também, como resultado do trabalho do capitalista produtivo na gestão da produção como “salário”, e não mais como lucro. Rosenberg avança para essas conclusões de Marx.

A mistificação se completa com a conversão do lucro em juro e do ganho empresarial em “salário de superintendência”, e a oposição capital-trabalho desaparece. Essa mistificação aparece na economia burguesa contemporânea, na qual o lucro será representado como juro, também chamado de custo de oportunidade, transforma-se em custo, e o preço será igual ao custo médio mínimo na condição de equilíbrio de longo prazo em um mercado concorrencial. Os lucros ocorrem fora do equilíbrio, em situações de ajustes, e são considerados extraordinários.

4 Implicações do Debate para a Dinâmica Atual do Capitalismo: à Guisa de Conclusão

Na discussão sobre a determinação da taxa de juros, alguns autores não se preocuparam em diferenciar a taxa média ou geral de juros da taxa de mercado de juros. A primeira, de longo prazo, é determinada por diversos fatores, enquanto a taxa de mercado, de curto prazo, é influenciada de maneira mais direta pela oferta e demanda de capital-dinheiro. Hilferding é um dos que não considera essa diferença. Quanto a essas taxas, considera-se, ao contrário de Rosenberg (1979), que Marx está mais preocupado em tratar da taxa média de juros do que propriamente da taxa de mercado de juros. Em que pese a existência de várias passagens de Marx em que ele se refere claramente a taxa de mercado de juros, como na última parte do capítulo XXII (MARX, 1983, p. 274-276), o primeiro parágrafo desse mesmo capítulo já dá algumas indicações a respeito: “A concorrência entre prestamistas e mutuários e as flutuações mais curtas do mercado de dinheiro daí resultantes caem fora do âmbito de nossa observação [...]” (MARX, 1983, p. 269).

Em seguida, deve-se sempre levar em consideração, na discussão sobre a determinação da taxa de juros, as diferenças existentes entre as categorias lucro e juros em relação à taxa de lucro e taxa de juros. Se, por um lado, são correlatas, ao mesmo tempo são distintas. Se as duas primeiras estão associadas mais intensamente à mais-valia e à sua repartição entre as frações capitalistas, o que de certa forma mantém maior proximidade com o Livro I, as duas restantes acompanham a discussão dos elementos da aparência, a manifestação dos fenômenos categoriais que fazem parte dos objetivos de Marx no Livro III de *O Capital*.

É de se destacar, então, a diferença qualitativa existente entre o juro, enquanto categoria que surge da fração da mais-valia criada na produção, da taxa de juros enquanto expressão quantitativa da parte da mais-valia paga ao capitalista monetário. Sobre esse ponto em particular, nenhum dos autores parece examinar adequadamente o que Marx chama de transformação de quantidade em qualidade. Enquanto se trata da determinação quantitativa da taxa de juros, esta é determinada pela taxa de mais-valia, mas essa divisão quantitativa transforma-se qualitativamente: como já visto, é a taxa de lucro que acaba sendo determinada pela taxa de juros. A inversão se completa.

Outro ponto importante para o debate envolvendo a influência decisiva dos movimentos financeiros na dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo é o fato de que se for aceito que a taxa média de juros é determinada por um conjunto de fatores, então acreditar-se-á ser bastante razoável e sem nenhuma transgressão aos fundamentos teóricos de Marx, notadamente quanto à teoria do valor-trabalho, o argumento de que o momento atual está cada vez mais influenciado pelo capital fictício, que se apropria de uma parcela da riqueza via taxa de

juros. Isso também se relaciona ao nível de desenvolvimento do sistema de crédito de cada país, remetendo, conforme Itoh e Lapavistas (1999, p. 71, tradução nossa), ao fato de que “[...] evidentemente, existem significativas diferenças institucionais e históricas entre os vários sistemas de crédito aparecidos na história do capitalismo”.

Indicou-se, anteriormente, que se aceitavam os argumentos de Harvey ao tratar a determinação da taxa de juros como autônoma, porém subsumida à produção de valor e mais-valia no contexto da autonomização das formas funcionais do capital. Porém, não se concordou que os caminhos autônomos da taxa de juros são dessa forma porque são particularidades determinadas pelas oscilações da oferta e demanda e, por conseguinte, da concorrência.⁶ Como a taxa média de juros é determinada por diversos fatores, não é possível, então, afirmar que somente a demanda e oferta são capazes por si só de inverter, como o autor afirma, a “mudança conceitual” e explicar tudo a partir do jogo do mercado. Soma-se a isso o fato de que Harvey não explica adequadamente essa questão.

Não é possível, então, afirmar e associar que a indeterminação e a autonomização do capital a juros provoquem a perda de controle e ameaça o edifício teórico que Marx construiu. Pelo contrário, o processo de autonomização, descrito inicialmente no Livro II e desenvolvido no Livro III, faz parte da própria natureza da expansão capitalista na busca por novas formas de acumulação, em que, ao ver deste trabalho, e também de Harvey, o capital fictício desempenha papel fundamental na dinâmica capitalista atual.

É verdade que essa busca constante espelha e provoca inversões que refletem a natureza contraditória do capital e que aparecem em suas diferentes estruturas e categorias; assim, integram sua lógica invertendo, mesmo que momentaneamente e/ou não completamente, as relações entre as determinações categoriais, nas quais, na própria oposição, a contradição se reflete. Nesse caso, a inversão na determinação entre a taxa de lucro e a taxa de juros é apenas um dos polos do capital, não significando, ao contrário do que possa parecer, uma negação da teoria do valor-trabalho. A construção e desconstrução que Marx faz das categorias e suas determinações, estas que se autodeterminam, se mistificam, se negam (oposição) e ao mesmo tempo se complementam, refletem, portanto uma inversão que marca a natureza de seu método de exposição e investigação.

Ao mesmo tempo, há que se destacar, como apontado anteriormente, os fundamentos qualitativos dos fatores determinantes da taxa de juros indicados por Marx, como os costumes, a tradição jurídica, que, de acordo com a constituição

6 É interessante notar que, apesar de aceitar o caráter irracional e contraditório na determinação da taxa de juros, Harvey (2014) reafirma a centralidade da oferta e demanda por capital-dinheiro: “Marx foi lançado ao mar há muito tempo pelos economistas, que hoje ficam horrorizados ao ouvir que uma de suas categorias mais fundamentais – a taxa de juros – é incomensurável, irracional e contraditória” (HARVEY, 2014, p. 175).

histórica da correlação de forças políticas no interior do Estado capitalista, podem também contribuir para a determinação da taxa média de juros.

No plano do capitalismo mundial, os fatores geopolíticos e de dependência econômica e política estão relacionados ao papel dos países na divisão internacional do trabalho, sendo que, historicamente, a periferia transfere riqueza, via remuneração das dívidas interna e externa, e normalmente com taxas de juros elevadas, para o capital internacional.

Assim, ao indicar os múltiplos fatores na determinação da taxa de juros, Marx também dá suporte para o entendimento de desigualdades estruturais do capitalismo. Levando-se isso em consideração, tais heterogeneidades na determinação da taxa de juros média são reflexo dessas questões, não precisando de soluções via Sraffa, como Panico (1980) fez: basta observar a própria natureza e constituição do capitalismo, bem como suas particulares configurações políticas, econômicas e sociais.

O que é importante destacar, sendo outra questão fundamental e talvez principal em relação aos argumentos indicados, é que as formas fictícias autonomizadas, desprovidas de valor-trabalho, são tão contraditórias que elas mesmas não são e não podem ser suficientes para garantir a reprodução ampliada do capital. Daí as crises, e mais particularmente, as crises capitalistas recentes que se manifestam nas formas financeiras. Se elas resolvem, ou ajudam a resolver, pelo menos no curto prazo, a inversão da queda na taxa de lucro nas economias capitalistas, a partir dos lucros fictícios,⁷ elas não se sustentam ou não têm a capacidade de sustentar a dinâmica da acumulação capitalista pelo fato trivial de não estarem substanciadas no valor-trabalho. O movimento de autonomização, independência, inversão, no contexto aqui proposto da determinação da taxa média de juros, reflete-se nas crises capitalistas que tomaram corpo ao longo das últimas décadas e que caracterizam o capitalismo contemporâneo.

Finalmente, essa discussão sobre os determinantes da taxa média de juros caminha no limiar das fases do ciclo global responsáveis pela produção e circulação do excedente. Há, de um lado, a produção e a circulação do capital sobrepondo-se uma a outra e, ao mesmo tempo, o aparecimento de uma multiplicidade de fatores que determinam a taxa média efetiva de juros.

Referências

CHIODI, G.; MESSORI, M. Marx's analysis of the relationship between the rate of interest and the rate of profits: a comment. *Cambridge Journal of Economics*, v. 8, n. 1, p. 93-97, 1984.

FINE, B. Banking capital and the theory of interest. *Science & Society*, v. 49, n. 4, p. 387-413, 1985.

7 Para maiores detalhes, consultar: Gomes (2015).

GOMES, H. (Org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 344-392.

HARVEY, D. *Para entender O capital: livros II e III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 168-182.

HEINRICH, M. Prefácio - O capital: livro II. In: MARX, K. *O capital [livro II]: crítica da economia política. O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 20.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 102-106.

ITOH, M.; LAPAVITSAS, C. *Political economy of money and finance*. London: Palgrave Macmillan, 1999, p. 59-80.

MANDEL, E. *Traité d'économie marxiste*. Paris: 10/18 Union Générale d'Éditions, 1962. v. 2, p. 81-83.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 34-276. v. 3, tomo 1.

PANICO, C. Marx's analysis of the relationship between the rate of interest and the rate of profits. *Cambridge Journal of Economics*, v. 4, p. 363-378, 1980.

ROSENBERG, D. I. *Comentarios a los tres tomos de El Capital*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1979. v. 2, p. 546-551.

SHAIKH, A. *Capitalism: competition, conflicts, crises*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 475-480.

Recebido em: 24/10/2017.

Aceito em: 12/10/2018.